

-----ATA NÚMERO 18/2016-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM DOZE DE MAIO DO ANO DOIS MIL E
DEZASSEIS.**-----

-----Aos doze dias do mês de maio do ano dois mil e dezasseis, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente Idalina Perestrelo Luis e os Senhores Vereadores: Bruno Miguel Camacho Pereira, Domingos Manuel Martins Rodrigues, José João Sales Fernandes Correia, José Manuel de Sousa Rodrigues, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração.-----

---Presente, ainda, o Senhor Ênio Vieira Martins, que substitui, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Senhor Vereador Artur Alberto Fernandes Andrade, da CDU.-----

---Além dos acima referenciados estiveram também presentes o Chefe de Gabinete, Miguel Iglésias, a Adjunta da Presidência, Andreia Caetano e os Adjuntos da Vereação João Beja, Sandra

Silva, Ênio Câmara e Mabely Moreira.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Iniciando a sua intervenção, o Senhor Presidente deu conhecimento à Vereação do programa da quadragésima segunda Feira do Livro, a decorrer entre os dias treze e vinte e dois de maio.-----

---A este propósito referiu: “Existe um número superior a cinquenta escritores com sete lançamento de livros, sendo que dois deles apoiados pela Autarquia e com a entrada de mais uma livraria, a do Colégio, que nunca tinha participado neste certame. A Feira terá um conceito mais alargado, com espetáculos musicais, não só dentro do Teatro mas também fora, num palco instalado na Avenida Arriaga e terá diariamente conversas literárias com variados convidados”.-----

----- - Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, disse: “O tempo deu-nos razão quanto à data escolhida pelo atual Executivo, pois o feedback que tivemos dos livreiros e dos munícipes era de que em setembro e coincidindo com o início do ano escolar, as despesas seriam mais elevadas com

o material escolar não permitindo outros gastos. Ao fim de dois anos, a data foi alterada e é com satisfação que constatamos que o que foi sugerido pela Vereação do PSD tenha sido aceite”.-----

----- - O Senhor Presidente referiu terem sido auscultados os livreiros e pelo facto fora decidido alterar a data. Acrescentou ainda que “anteriormente, a Feira do Livro foi diluída no âmbito da Festa da Cultura e procurou-se dar mais ênfase a esta Feira com a alteração das datas da sua realização, sendo que o mais importante para este Executivo não é a parte comercial mas sim a promoção dos escritores, o debate de ideias e o lançamento de livros. Acedemos alterar a data indo de encontro ao desejo dos livreiros e no final da Feira faremos o balanço, que esperamos ser muito positivo”.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou a restante Vereação sobre a realização de uma reunião com a equipa de consultores e projetistas da “Consulmar”, que visitaram os locais alvo de estudo relativamente à nova ETAR, tendo sido alertado para a questão das acessibilidades no Lazareto, pois só com a visita aperceberam-se do quão difícil poderá ser a criação de acessibilidades para viaturas pesadas ao local, acrescentando ainda o valor de expropriações, da consolidação da escarpa, fazendo assim subir os custos estimados previstos pela Empresa.-----

----- - Em relação a este assunto, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, questionou a existência de um calendário das três

soluções para cada um dos cenários, ao que o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, referiu que o mesmo já se encontra elaborado, não existindo porém o diferencial entre a hipótese Liceu e Lazareto.-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou também da realização, no dia seguinte, da reunião com a Senhora Secretária do Ambiente e Recursos Naturais a fim de ser analisada a melhor hipótese, tendo em conta essas novas informações. “Existe vontade de se chegar a um entendimento entre as partes envolvidas, sendo necessário estudar as várias possibilidades, o seu financiamento e localização”, sublinhou.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador João Correia, do PSD, perguntou quem teria efetuado a avaliação dos custos, ao que o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, respondeu terem sido feitas pela “Consulmar”, explicando igualmente que os valores das hipóteses do Jardim do Campo Almirante Reis e do ex-campo do Liceu já estariam feitos, tendo sido acrescentados os do Lazareto.-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, solicitou, em dia a combinar, a consulta deste processo, por forma a averiguar os valores apresentados.-----

----- - Seguidamente, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que a Câmara, no caso do Jardim do Almirante Reis, aguarda a conclusão do estudo do impacte

ambiental, que terá de ser efetuado para cada uma das outras hipóteses, caso sejam estas as opções.-----

-----Voltando a intervir, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, questionou acerca do ponto de situação dos apoios financeiros comunitários.-----

----- - Em relação a esta questão, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que a Autarquia não irá desistir da candidatura a fundos comunitários, através do POSEUR, e é vontade que a mesma seja analisada e avaliada.-----

-----De seguida, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, solicitou o projeto da construção do acesso viário ao Lombinho e Lombo dos Aguires e também da Vereda da Freirinha, na freguesia de Santo António, tendo o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informado que o mesmo se encontra em fase de expropriações de alguns terrenos.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, e a propósito de declarações prestadas à comunicação social sobre as relações menos boas entre a Câmara e o Governo Regional e partindo do princípio que existiu um Edital, assinado pela Autarquia, com as alterações de trânsito previstas e com a realização de uma reunião com membros do Governo e a Chefe de Divisão de Mobilidade e Trânsito, questionou o que falta para que estas relações melhorem.-----

----- - A este propósito, o Senhor Presidente informou que no que respeita às alterações do trânsito, teria havido uma reunião em que

a Divisão de Trânsito colaborou totalmente com a Direção Regional responsável, tendo sido publicado o Edital com as necessidades solicitadas pelo Governo. “Observamos que essas alterações têm causado um impacto muito negativo, sendo que não existiu qualquer reunião entre o Secretário e o Executivo Camarário para discutir o projeto de intervenção nas ribeiras, no que respeita à obra, à sua duração e calendarização. A nossa maior preocupação é que estas obras tenham o mínimo impacto para quem trabalha e vive na Cidade e neste sentido foi requerida mais informação para uma melhor avaliação ao nível de tráfego que se tornou caótico nalguns pontos cruciais da nossa cidade”, salientou.-----

-----Voltando ao uso da palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, referiu que em dois mil e onze, altura da execução do projeto, a Câmara tivera oportunidade de reunir com os projetistas devendo existir informações em arquivo e, se do ponto de vista do trânsito as reuniões existiram, é porque existe a demonstração de boa vontade e de abertura.-----

----- - Intervindo, o Senhor Presidente reforçou que se trata de uma questão de interesse para a Cidade, afirmando que passados cinco anos sobre as referidas reuniões, e com um novo Governo Regional e um novo Executivo Camarário, seria normal e desejável haver boa coordenação sobre obras desta dimensão no centro da cidade do Funchal, além de outra questão de extrema importância que é a possível destruição de património da cidade, exemplificando com as muralhas das ribeiras, mandadas construir

pelo Brigadeiro Oudinot.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou acerca da execução do protocolo, celebrado entre a Autarquia e a AMAW em finais de dois mil e catorze, no que concerne ao número de animais abandonados e errantes que foram identificados e selecionados pela Câmara com vista à esterilização; quantas esterilizações foram feitas em finais desse mesmo ano e no ano de dois mil e quinze; e qual o ponto de situação das obras da escola do Faial, onde se realizariam as esterilizações por parte daquela Associação.-----

----- - A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que logo que possível seria fornecido o relatório da AMAW onde consta o número de esterilizações efetuadas. Em relação às obras na Escola do Faial, disse que se encontram em fase de adjudicação, estimando que estejam concluídas no Verão e que não colocava em causa o trabalho efetuado pela Associação pois não dependem deste local para realizar as esterilizações, referindo também que o espaço será equipado e utilizado pela AMAW, não funcionando este como um centro municipal para esterilizações de animais.-----

-----Continuando a sua intervenção, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou o ponto de situação das obras no Canil do Vasco Gil, ao que o Senhor Presidente informou existirem duas fases. Uma primeira, de qualificação do canil com infraestruturas adequadas e outra a de ampliação, com a inclusão de um gatil, dizendo que as primeiras estarão terminadas, sendo

que as segundas está previsto ter a sua conclusão até julho.-----

-----Ainda sobre este assunto, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou as condições da contratação da Veterinária, tendo o Senhor Presidente esclarecido que fora requisitada ao Governo Regional, em regime de mobilidade.-----

-----Prosseguindo, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, alertou, novamente, para uma situação de perigo na paragem de autocarros junto a uma passadeira na Rua Quinta do Leme, zona onde circulam muitas crianças e jovens portadores de deficiência devido à existência de uma Escola ali perto, referindo tratar-se de uma rua onde os automobilistas não respeitam os sinais de trânsito passando a velocidades muito superiores ao permitido. Para o efeito, disse ser prioritário minorar os riscos, tendo sugerido, tal como o fez no dia nove de abril do ano transato, a instalação de passadeiras sobre-elevadas, bandas sonoras e a colocação de sinalização vertical e horizontal.-----

-----Depois, fez uma chamada de atenção relativamente à necessidade urgente, da colocação de lombas ou passadeiras elevadas, por forma a diminuir a velocidade dos automóveis, na Avenida da Madalena, bem como para a falta de iluminação pública no início desta Avenida, a partir da entrada da Azinhaga dos Ausentes, situação que preocupa os moradores.-----

----- - Intervindo o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, solicitou esclarecimentos relativamente ao pedido de empréstimo de dez (10) milhões de euros, subscrito no orçamento

para dois mil e dezasseis e destinado à recuperação dos bairros sociais da Autarquia.-----

----- - Sobre esta questão, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que o Tribunal de Contas, aquando do parecer prévio, solicitara à Autarquia resposta a trinta questões que já foram entregues no princípio da semana, pelo que aguardam uma resposta.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, focou a questão da reabilitação urbana da cidade, dizendo que, fora um ou outro caso pontual, tarda em haver uma reabilitação mais alargada. “Noutras alturas, em que nem fundos havia, a Cidade foi alvo de algumas reabilitações, como por exemplo, a Zona Velha da Cidade, mais concretamente na Rua de Santa Maria, onde apenas existe um único prédio a ser recuperado e muitos outros degradados e alguns até em risco de ruir, pelo que a Autarquia precisa de trabalhar melhor esta área em matéria de reabilitação urbana e pensar, eventualmente, na criação de outra operação de reabilitação no núcleo histórico atrás do Jardim Municipal, englobando a Rua Ivens e a Rua Nova de São Pedro, onde existem edifícios muito bonitos mas muito degradados, havendo a necessidade da Câmara, junto dos proprietários, informá-los dos mecanismos que dispõem para procederem à recuperação dos mesmos”, acrescentou.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente disse que ao contrário do afirmado pelo Senhor Vereador José Manuel

Rodrigues, do CDS/PP, tem sido dado um grande impulso à reabilitação urbana, tendo já havido muitos fundos para esse efeito noutros mandatos, ao contrário do presente. Referiu que, pela primeira vez, fora criada uma Área de Reabilitação Urbana, integrada no Programa “Cidade ComVida”, que é mais do que alguma vez se fez nesta matéria e que tem procurado estimular o mercado de reabilitação através de inúmeros incentivos fiscais, que tem resultado em projetos concretos e de enorme impacto, dando como exemplo, a recuperação do antigo Edifício “Caju” e o da “Charles”.-----

----- - Tomando, de novo, a palavra o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou se esta informação se encontra disponível no Balcão do Investidor, ao que o Senhor Presidente respondeu afirmativamente dizendo que no mesmo é prestado um acompanhamento mais personalizado sendo o “entrave” maior as questões do financiamento privado ao que o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, retorquiu afirmando que a Câmara deveria ter uma posição mais proactiva do que tem tido.-----

----- - Sobre este assunto, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, afirmou subscrever parte do que fora dito pelo Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, referindo que “as ARU podem ser sistemáticas, como por exemplo o Quarteirão do Ornelas e que se deveria tornar mais atrativos, para o investimento, outros quarteirões semelhantes, sendo necessário a

criação de outras ARU com novos desenhos urbanos, pelo que se esse trabalho existe não é público, como o PDM”, frisou-----

----- - Intervindo novamente o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou se neste momento a Autarquia estaria a desenvolver alguma operação de reabilitação urbana.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente informou que fora criada uma ARU, definida e regulamentada e é pretensão avançar para a criação de uma Operação de Reabilitação Urbana que corresponderá à área de reabilitação urbana já deliberada.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador do PSD, João Rodrigues, questionou o Senhor Presidente para quando o desenvolvimento da ou das operações de reabilitação urbana, pois sem estas é contentar-se com muito pouco, em termos de reabilitação urbana, ou seja, pensar que com a definição da área de reabilitação urbana vamos reabilitar a cidade.-----

---“Urge sim desenvolver as referidas operações e como exemplo posso referir o Quarteirão do Ornelas, junto ao Liceu. Há já trabalho iniciado o que é necessário é dar andamento ao mesmo, pois deste modo é que será possível ter uma efetiva reabilitação daquela zona ou de outras da cidade”, sublinhou.-----

----- - Por sua vez, e ainda sobre esta questão, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, e ao nível financeiro, esclareceu que será necessário encontrar o financiamento para os investimentos previstos no plano e adequado para a reabilitação urbana e, neste momento, a Autarquia não terá folga financeira que permita

efetuar este tipo de intervenção, ao que o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, acrescentou que foram recebidos nos serviços muitos investidores interessados em investir nalgumas zonas nobres.-----

-----Por último, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, alertou para o mau estado do pavimento no Caminho da Fé, devido a uma rutura no asfalto, junto a uma conduta de água, tendo o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informado que os serviços iriam averiguar esta situação, de imediato.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Ênio Martins, da CDU, referiu que alguns dos assuntos que queria abordar já foram referidos anteriormente e que, dado o adiantado do Período Antes da Ordem do Dia, iria remeter um conjunto de questões para próximas reuniões. No entanto, alertou para o mau estado de conservação em que se encontra o recinto de jogos do Complexo Habitacional do Canto do Muro, quer o piso, quer os muros de suporte, pelo que seria necessário proceder à avaliação da situação e tomadas as medidas necessárias.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

----Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----

----- - **Empreitada de “Obra de Adaptação para a Loja do Município” – Aprovação da minuta do contrato:** - Foi deliberado, com abstenção do PSD e do CDS/PP, aprovar a minuta do contrato

a celebrar com Frederico Manuel Rezende Alves Martins, na qualidade de procurador da Sociedade “Tecnovia – Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A.” relativa à empreitada de “Obra de Adaptação para a Loja do Município”, pelo valor de € 181.800,01 (cento e oitenta e um mil oitocentos euros e um cêntimo), acrescido de IVA.-----

----- - **Concurso limitado por prévia qualificação para a “Prestação de Serviços de Gestão dos Equipamentos Elevatórios e do Sistema de Tratamento e Destino Final de Águas Residuais do Concelho do Funchal 2016-2018” –**

Relatório Final da Fase de Qualificação: - A Câmara, em presença do relatório do júri deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de qualificação de todas as candidaturas, convidando à apresentação de propostas para a prestação de serviços em epígrafe.-----

2 – UTILIZAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL:-----

----- - **AAUMA – Associação Académica da Universidade da Madeira.** - Relativamente ao pedido formulado pela AAUMA – Associação Académica da Universidade da Madeira (proc.º 18351/16), para o uso da sala de principal do Teatro Municipal Baltazar Dias, com isenção de taxas, destinado à apresentação do espetáculo “Tributo a António Variações”, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão Jurídico (refª 361/DJF/DJ/2016).-----

---Sobre este assunto, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do

PSD, referiu a falta de igualdade do tratamento em pedidos semelhantes no que concerne à celeridade dos processos. Acrescentou que: “Enquanto alguns levam um mês e meio, como é este o caso, que apresentou o pedido a trinta e um de março para um evento de onze de maio, ou seja de ontem, e só hoje é que veio a reunião de Câmara e outros levam apenas três dias”-----

3 – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA:-----

----- - **Paróquia da Graça:** - Perante o requerimento da Paróquia da Graça (procº 19064/16), solicitando autorização para a colocação de oitenta (80) mastros na via pública, com isenção de taxas municipais, aquando do arraial daquela Paróquia, a Câmara, tendo por base a informação da Divisão de Mobilidade e Trânsito (refª 725/DMT/2016), deliberou, por unanimidade, aprovar.-----

----- - **UMAR (Madeira) – União de Mulheres Alternativa e Resposta:** - A pedido da UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta (Madeira) (procº 14784/16), a Câmara deliberou, por unanimidade, com base na informação da Divisão Jurídica (refª I-5052/2016), deferir a cedência do Jardim Municipal, com isenção de taxas, para a realização do Mercadinho denominado “Saberes & Sabores no Feminino”.-----

---Sobre este assunto, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, referiu constatar, mais uma vez, a falta de igualdade do tratamento em pedidos semelhantes no que concerne à celeridade dos processos. “Por exemplo, este caso solicitado no dia oito de abril, foi enviada uma autorização apenas no dia quatro de maio,

ou seja, na véspera do início do Mercadinho “Saberes & Sabores no Feminino”, não tendo tido em consideração que este tipo de associações necessitam de algum tempo para programar devidamente a atividade”, frisou. -----

4 – PESSOAL:-----

-----**4.1 – Processos Disciplinares:** - Em face do processo disciplinar (nº 04/2016), instaurado ao funcionário (nº 8440), Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza), a exercer funções na Divisão de Remoção de resíduos do Departamento de Ambiente, por falta de zelo e correção, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, CDS/PP e CDU, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de repreensão escrita, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - Perante o processo disciplinar (nº 06/2016), instaurado ao funcionário (número 7298), Assistente Operacional (Jardineiro), a exercer funções na Divisão de Jardins e Espaços Verdes Urbanos do Departamento de Ciência e Recursos Naturais, por falta de zelo a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, CDS/PP e CDU, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de vinte (20) dias de suspensão, suspensa por um ano, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, ausentou-se da sala, não participando na discussão e votação dos dois pontos seguintes.-----

5 – URBANISMO:-----

-----**5.1 - Alinhamentos - Rua da Bolívia** - Em presença do processo relativo à anulação do traçado previsto no Plano de Urbanização do Amparo - Rua da Bolívia e face ao projeto de construção do hospital particular da Madeira, a Câmara, com base na informação do Departamento de Ordenamento do Território (ref^a 13.476), aprovou, por maioria, com os votos contra do PSD e abstenção da CDU, a seguinte deliberação: “Atendendo a que a existência do tramo sul da bifurcação do troço poente da Rua da Bolívia, previsto na Planta da Hierarquia Viária do Plano de Urbanização do Amparo, não apresenta qualquer mais-valia tanto em termos de tráfego como de serviço público e/ou privados, detetando-se-lhe diversas desvantagens, propõe-se que o mesmo seja anulado, ao abrigo do n.º 2 do art.º 42.º do Regulamento do sobredito Plano”.

-----**Declaração de Voto do PSD:** - “O nosso sentido de voto deve-se pelo facto de não estar a ser cumprido o definido no Plano de Urbanização do Amparo, verifica-se o incumprimento do referido no artigo 9.º do Regulamento do Plano assim como o definido no artigo 42.º e deste modo contrariando o prescrito no Plano”.

-----**5.2 - Obras Particulares - Hospital Particular da Madeira:** - Em presença do Projeto de Arquitetura e Plano de Acessibilidades apresentado pela Empresa HPM - Hospital Particular da Madeira, S.A., (proc.º 13476/16, sub-proc.º 2016000117), para a construção de um hospital particular, a levar a efeito na Avenida do Amparo/Caminho do Amparo, freguesia de

São Martinho, a Câmara aprovou, por maioria, com os votos contra do PSD e abstenção da CDU, a seguinte deliberação: - “1 – Deverá dar cumprimento às condições do parecer do IAS/SRS (2016-18454); 2 – Deverá corrigir o índice de impermeabilização apresentado, 0,85, para 0,70 regulamentares, apresentando por exemplo mais área permeável, que pode funcionar com pavimentos com características permeáveis e/ou criar mais áreas ajardinadas; 3 – Deverá cumprir os novos alinhamentos e infraestruturas dos arruamentos circundantes, para cumprimento no PUA; 3 a) – Deverá cumprir o novo alinhamento do Caminho do Amparo, cujo perfil transversal deverá ficar com o total de 17m, devendo essa área ser cedida ao domínio público e as obras a executar pelo promotor com a orientação dos serviços de Obras Públicas da CMF e Divisão de Mobilidade e Trânsito; 3 b) – Está também prevista uma cedência de área para a execução duma doca de estacionamento público no arruamento localizado a nascente. O qual deve ser corrigido para estacionamento paralelo, pois o proposto “em espinha”, não é aceitável porque “estrangula” o referido arruamento. Estas obras devem ser executadas pelo promotor com orientação dos serviços de Obras Públicas da Autarquia e Divisão de Mobilidade e Trânsito; 3 c) – Está ainda previsto, na frente virada à Avenida do Amparo, um acerto das infraestruturas, passeios e estacionamentos, para efetuar o acesso principal às urgências e o acesso às áreas de serviço – cujas obras devem também ser executadas pelo promotor com orientação dos

serviços de Obras Públicas da CMF e Divisão de Mobilidade e Trânsito; 4 – Deverá dar cumprimento ao Regulamento Municipal de resíduos Sólidos, no que diz respeito ao dimensionamento, localização e demais condições do compartimento de resíduos sólidos. 5 – Deverá retificar a área da parcela que no levantamento apresentado, para o empreendimento, é de 7020 m², havendo uma diferença considerável para a área apresentada na CRP – 8990 m². 6 – Deverá apresentar todos os projetos de engenharia e especialidades adequadas à obra em causa, conforme o estipulado na Portaria 113/2015, de 22 de abril”.-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “O nosso sentido de voto vai de encontro à nossa posição relativamente ao ponto discutido anteriormente o qual fomos contrários à sua aprovação, ou seja, da alteração dos alinhamentos do Plano, pelo que o nosso sentido de voto só pode ser este.-----

---Também há a referir a dualidade de critérios aplicados neste projeto e no da Empresa Socicorreia, que foi aprovado em reunião de Câmara de 17 de dezembro de 2015, no qual foi exigido o cumprimento da Portaria 995, nomeadamente com a obrigatoriedade de afetação de área para equipamentos públicos e para espaços verdes, não se verificando no presente projeto”.-----

-----**Declaração de Voto da CDU:** “Não existe da nossa parte nenhum obstáculo à construção de um Hospital Privado. No entanto, reconhecemos a existência de um conjunto alargado de dúvidas que começam logo na questão dos alinhamentos discutida

no ponto anterior da Ordem de Trabalhos. Relativamente ao projeto em discussão neste ponto parece-nos que existe um conjunto alargado de recomendações às quais é necessário dar resposta, desde correção ao índice de impermeabilização, passando pelos alinhamentos e infraestruturas, continuando com a cedência de área para a execução de doca de estacionamento, enfim, um conjunto de recomendações e retificações necessárias às quais o promotor deverá dar resposta. É, essencialmente, face a este registo de recomendações e dúvidas suscitadas nos diversos pareceres que nos levam a optar pela abstenção”.

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 153/2016, publicada nos locais de estilo.